

# III ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

**TEMA:**

**ARQUIVOS MUNICIPAIS: *IDENTIDADE LOCAL  
NA EUROPA DAS REGIÕES***

**NACIONALIDADE \* VIANIDADE \* EUROPA**

**LOCAIS:**

**GUIMARÃES E VIANA DO CASTELO**

**DATA:**

24, 25 e 26 de Junho de 1993

**ORGANIZAÇÃO:**

BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.  
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta - Guimarães  
Arquivo Municipal de Viana do Castelo

**FONTES DE HISTÓRIA LOCAL:  
OS ESPÓLIOS E ARQUIVOS PESSOAIS NOS  
ARQUIVOS MUNICIPAIS**

**Leonor Calvão Borges**

O estudo da história local tem conhecido, nestes últimos anos, um desenvolvimento e importância significativos. Com efeito, o estudo de uma determinada localidade tem revelado ser bastante profícuo para a compreensão da globalidade do país, sendo cada vez mais reconhecida à história local essa constante da parte no todo, sendo que a parte só tem significado no todo e este não existe senão enquanto o conjunto das partes.

Assim é que cada vez com mais frequência têm aparecido monografias de história local, não devendo também ser menosprezado o papel da imprensa regional, a qual tem vindo a surpreender-nos com a qualidade e profundidade dos temas abordados, bem como pela frequência de estudos de história.

Podemos de facto dizer que a história local está na moda e tal torna-se para nós arquivistas um desafio e estímulo ao tratamento e divulgação da documentação municipal, o que, de resto, tem vindo a acontecer com frequência e representatividade: vejam-se a este propósito os elevados índices de leitura que alguns arquivos municipais apresentam, as exposições organizadas com base em documentação municipal, bem como as publicações de monografia locais em que, em substituição da notícia retirada vezes sem conta da mesma fonte bibliográfica (o mais das vezes errônea ou sem fundamento), já faz parte integrante a referência aos núcleos arquivísticos de onde a informação é retirada.

Vejam-se ainda as notícias trazidas a lume pelos órgãos de comunicação social relativas à história local e actividades de divulgação da mesma, assim como o interesse demonstrado pelos órgãos de soberania pela preservação e divulgação deste tipo de documentação.

De facto, os arquivos municipais, a par das bibliotecas e centros de documentação, são reconhecidos como as fontes primordiais e basilares para o estudo da história local. Se é reconhecível o avanço que os arquivos municipais têm conhecido de alguns anos a esta parte - e este Encontro Nacional é bem representativo disso mesmo - urge tomar opções estratégicas no que concerne à sua política de tratamento técnico e divulgação de núcleos.

Ora se a essa história local é reconhecido o mérito de ser a fonte primordial para o estudo de determinada localidade, não podemos deixar de nos aperceber de que a informação transmitida é a história da instituição que gere os seus destinos, estando a tónica na memória da intervenção

dessa mesma instituição na localidade.

Sem pretender tirar a importância dessa mesma memória, não é ela que, por vezes, interessa ao utilizador, parecendo ser muito mais fácil a compreensão de determinado facto histórico "visto" pelos olhos de uma pessoa que pela mão de uma instituição. Daí que não seja de estranhar que alguns utilizadores prefiram estudar os espólios ou arquivos pessoais existentes nos arquivos municipais como fontes para o seu estudo.

Com efeito, é mais agradável para o leigo saber notícias da "pequena história", ou seja da história de determinado quotidiano, para se poder com ela reconhecer. De facto, a necessidade latente de se reconhecer como pertencente a um local está relacionada com o processo de consideração da pessoa como agente interveniente na organização e transformação das localidades. E se pensarmos que a história vive dos quotidianos, acrescentamos também que o quotidiano tem lugar na história.

Aliás, o papel da pessoa na cidade não se esgota na passagem da sua vida por ela, mas é antes um contributo importante para a sua compreensão, pelo que nos parece importante que à história local seja permitida essa mudança de ponto de vista saindo das instituições e dos castelos e indo ao encontro do espírito das pessoas que aí trabalharam e viveram, o que nos parece ser de bastante importância.

Assim, as potencialidades de estudo de determinada localidade a partir da documentação institucional ou a partir de documentação particular são substancialmente diferentes, não sendo de descurar nem uma nem outra.

Contudo, pensamos que a existência de espólios e arquivos pessoais nos arquivos municipais, são uma forma cada vez mais aliciante de dar a conhecer ao utilizador uma maneira diferente de ver a sua terra.

Cabe aqui informar da experiência existente na Câmara Municipal de Lisboa. Possuidora de um arquivo municipal dos mais importantes no país e de extrema pertinência para o estudo quer da história local quer da nacional, incidiu, em meados de 89, uma política de divulgação de espólios e arquivos pessoais, através do Gabinete de Estudos Olisiponenses. O Gabinete, criado em 1953, aquando da aquisição do arquivo pessoal do Engenheiro Augusto Vieira da Silva pela Câmara, é vocacionado para ser um local privilegiado de estudo da cidade quer através da sua biblioteca especializada e espólios quer através dos arquivos pessoais de que é possuidor.

Estes, aliás, encontravam-se aí depositados há largos anos, não lhes tendo sido dado qualquer tratamento arquivístico nem consequente divul-

gação. Com o alargamento a novas funções do GEO, entendeu-se que o estudo, tratamento e divulgação dos espólios e arquivos aí existentes permitiria uma maneira diferente de "ver" Lisboa, pela mão de escritores que à cidade consagraram a sua vida, os seus estudos e fazendo-a objecto de colecção, não se pretendendo, deste modo, substituir a memória da instituição, mas antes oferecendo, de facto, aos utilizadores um ângulo de visão diferenciado.

Assim, não só se procedeu à inventariação dos espólios e arquivos pessoais já existentes, como se pretende dar prosseguimento à política de incorporações - através de doações ou compra - de documentação particular referente à cidade.

Em termos arquivísticos, diremos que se nos deparou um desafio; o de saber qual a melhor forma de tratar e divulgar conjuntos documentais tão diferentes dos que provêm das instituições.

Entendeu-se, por isso, ser necessário o esclarecimento entre o que se considera espólio e o que se considera arquivo pessoal, já que a terminologia nem sempre é empregue com o mesmo sentido, nem existe, de resto, unanimidade no seu emprego e modo de designação.

Entendemos por espólio o conjunto de documentos colecionados por determinada pessoa ao longo da sua vida, referentes a determinados assuntos e organizados de acordo com esses mesmos assuntos, ou tipologias, ou datas, etc. e sendo constituídos por qualquer tipo de documento, independentemente do seu suporte físico, da sua data ou da sua proveniência.

Entendemos por arquivo pessoal o conjunto de documentos produzidos ou recebidos naturalmente no decorrer da actividade de determinada pessoa e guardados para servirem à gestão e como prova dessas mesmas actividades, independentemente do seu suporte físico, data e proveniência. No entanto, e a força dos factos dizem-no, os arquivos pessoais são constituídos também por conjuntos de colecções, sendo que, a existirem documentos de natureza administrativa, a designação de arquivo pessoal prevalecerá.

Parece-nos importante realçar este ponto, já que a fronteira entre o que considera documento de arquivo é, em arquivos pessoais e espólios, muito ténue, nem sempre se verificando a unanimidade no que a isso se refere.

Esta questão, parece-nos, aliás, fundamental para o desenvolvimento da ciência arquivística, pelo que a sua discussão e avaliação nos parece ser merecedora de maior atenção, e a ela voltaremos em altura oportuna.

Partindo deste pressuposto, começamos por diferenciar os conjuntos documentais existentes, acabando por distinguir três espólios e três arquivos pessoais. Deparou-se-nos a seguir a dificuldade de saber como abordar o tratamento de semelhantes conjuntos documentais, parecendo-nos mais correcto que, para os arquivos pessoais, se faça uma investigação prévia sobre a pessoa em questão, de molde a nos capacitarmos a, com mais facilidade, compreender a documentação por ela deixada. Este factor revelou-se de resto essencial para a compreensão de alguma correspondência tratada bem como para o discernir de alguma documentação oficial encontrada.

Posto isto, o tratamento da documentação em si foi bastante mais fácil, permitindo-nos agrupar a documentação por área de actividade, não esquecendo no entanto de agrupar o conjunto das colecções, cujo volume, por vezes, se sobrepõe ao da do arquivo.

A essa separação por áreas de actividade seguiu-se a elaboração de um quadro de classificação. Mais uma vez nos parece oportuno referir que o quadro de classificação foi sempre elaborado para um arquivo particular (já que cada arquivo/pessoa produtora é um caso), não nos parecendo que seja possível (e diremos mesmo desejável) que se estabeleça uma classificação a priori para todos os arquivos pessoais.

Com efeito, cada agente produtor tem as suas características próprias e, se casos há em que alguma documentação possa aparecer na maioria dos arquivos pessoais (e podemos falar concretamente da correspondência ou das colecções, por exemplo), o mesmo não pode ser dito relativamente ao restante conjunto documental.

Parece-nos, assim, que para cada arquivo pessoal deve ser elaborado o seu plano de classificação próprio e não adoptar um geral para cada caso particular.

Terminada a classificação, os Instrumentos de Descrição Documental elaborados foram os inventários e, nalguns casos que nos pareceram merecedores, catálogos.

Com efeito, os catálogos, pelo menos no que diz respeito à divulgação da informação contida nas colecções, foram considerados essenciais, já que quando se trata de vastas colecções, a sua descrição genérica não abrange a especificidade de cada peça em particular (e este pormenor é tanto mais relevante quando se trata de colecções iconográficas, perdendo-se assim a informação neles contida, ou sob pena de obrigar o utilizador a ter que ver,

documento a documento, uma série completa, da qual, eventualmente só lhe interessará um reduzido número.

Foi também factor considerado determinante a utilização de uma linguagem de descrição normalizada, facilitando assim aos utilizadores (e aos próprios serviços) a recuperação da informação e permitindo que a mesma linguagem fosse utilizada tanto na biblioteca como no arquivo.

De resto, pensamos que qualquer solução informática adoptada para descrição em arquivo terá de contar com campos fixos de indexação, por forma a obviar a produção "com ruído" de termos a pesquisar e a facilitar a elaboração dos índices tão necessários à pesquisa.

Em relação aos espólios, a tónica dada foi também a do conhecimento prévio do agente coleccionador, para que, a partir dele, se poderem compreender com bastante mais facilidade a natureza das suas colecções.

Já neste caso se considerou o catálogo como o IDD mais apropriado à sua divulgação e recuperação da informação.

Quanto à questão de se saber se o espólio pode (ou deve) ser tratado no âmbito do tratamento e descrição arquivística, parece-nos que não devemos desprezar esta fonte de informação, não sendo embora a vocação primeira de quem tem a seu cargo núcleos arquivísticos.

Contudo, a experiência de divulgação de alguns espólios revelou-nos que a sua documentação é frequentemente utilizada, tendo os utilizadores revelado uma maior aceitação desse tipo de documentação.

Passados quatro anos desde o início do tratamento deste tipo de documentação diremos que a experiência se mostrou ser digna de continuidade, podendo afirmar que aos utilizadores do Gabinete (e isto em grande parte se fica a dever ao facto de o seu acervo bibliográfico e arquivístico se encontrar disponível em rede) se tornou habitual pedir tanta bibliografia relativa a determinada localidade como documentação manuscrita ou iconográfica contida nos arquivos pessoais ou nos espólios.

Esse facto, por si só, leva-nos a pensar que estamos perante uma alternativa de divulgação da história da cidade a que os utilizadores se encontram bastante receptivos, não sendo portanto de descurar o seu completo tratamento, nem a continuidade das aquisições.